

ESCOLA

Goiás é referência nacional em alimentação escolar



Estado foi o primeiro a garantir refeições também para alunos do Ensino Médio e integra rede que alimenta mais de 40 milhões de estudantes em todo o país.

Página 11

INFÂNCIA

Caiado lança programa que busca reduzir a mortalidade infantil



Rede Nascer oferece acompanhamento de mães e bebês e tem como objetivo reduzir índice mortalidade em Goiás ao fortalecer cuidado materno-infantil.

Página 8

ENTREVISTA

PAULO CEZAR MARTINS (PL)

Deputado estadual

“Fui convidado a sair do PL”

Paulo Cezar já avalia novas legendas e revelou ter recebido convite do senador Vanderlan Cardoso para se filiar ao PSD e conversou com Daniel Vilela para retornar ao MDB. Páginas 4,5



ALEGO

Gugu Nader em dois partidos

A legislação eleitoral proíbe acumulação de cargos partidários em siglas diferentes. Página 7



ANÁPOLIS

Prefeitura dá prazo para empresas eliminarem cabos e fios irregulares



A Anatel participou de uma audiência pública para discutir a desordem da rede de telecomunicações e buscar soluções conjuntas. Página 10

DIVERSÃO E ARTE

Cortella fala em Goiânia sobre liderança
Filósofo ministra palestra no dia 18 de novembro, com foco em motivação e comportamento nas organizações.

Página 12

HERIVELTO NUNES

Jogadores querem apitar os jogos
Cresce a interferência de atletas e comissões técnicas nas decisões da arbitragem.

Página 12

TRIBUNA POLÍTICA

Lissauer nega pressão
Ex-deputado nega que tenha condicionado sua candidatura à saída do deputado Paulo Cezar Martins.

Página 3

EDITORIAL

Educação entre a precariedade e a IA

Os resultados da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis 2024), divulgada pela OCDE, revelam um retrato incômodo da educação brasileira. Enquanto 81% dos professores dos países pesquisados têm contratos permanentes, no Brasil essa proporção cai para 64%, e ainda em queda em relação à edição anterior. A precarização das relações de trabalho, expressa na multiplicação dos vínculos temporários, é mais que um dado estatístico: é sintoma de uma política que trata a docência como função provisória, e não como carreira de Estado.

A insegurança contratual mina o compromisso de longo prazo com a escola, desestimula a formação continuada e fragiliza a relação entre professor e comunidade. Ao priorizar contratações temporárias para suprir carências estruturais, governos perpetuam a instabilidade e corroem a base da qualidade educacional. Não se constrói uma educação sólida sobre vínculos frágeis.

Em paralelo, o levantamento mostra um cenário de rápida incorporação tecnológica: 56% dos professores brasileiros afirmam utilizar ferramentas de inteligência artificial no preparo de aulas ou no apoio às atividades pedagógicas, percentual superior à média da OCDE. O dado reflete a criatividade e a disposição dos educadores em explorar novas linguagens, mesmo diante de baixos salários e condições precárias de trabalho.

Mas há um paradoxo evidente. O país que figura entre os que mais usam IA na sala de aula é também um dos que menos oferecem estabilidade e valorização aos seus docentes. A inovação tecnológica, por si só, não resolve a crise da educação; sem carreira estruturada, remuneração justa e formação permanente, o uso de novas ferramentas corre o risco de apenas maquiar um sistema desigual.

Investir em tecnologia é necessário. Mas investir no professor é urgente. Nenhum algoritmo substitui o vínculo humano que sustenta o aprendizado.

ARTIGO

Educação eficiente não é consequência da riqueza: é a base para alcançá-la

Quando comparamos o PIB per capita e o desempenho dos alunos dos países da OCDE nas provas de matemática no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), por exemplo, vemos uma tendência geral clara e esperada: os países mais ricos têm melhores resultados em educação. Mas há exceções, e vamos considerá-las, para aprender algo importante em seguida sobre política pública que, sem dúvida, serve de ensinamento para o Brasil.

O Vietnã, com renda relativamente baixa, supera países europeus em desempenho escolar. Qatar e Emirados Árabes, reconhecidos pela riqueza altíssima,

apresentam resultados educacionais modestos, o que mostra que economias dependentes de recursos energéticos e com pouco dinamismo para setores produtivos modernos sofrem para transformar investimento em conhecimento efetivo. Em Singapura temos o caso mais emblemático: antes um país pobre, apostou em educação de qualidade como prioridade nacional e hoje lidera o mundo em capital humano e renda.

Assim, países que tratam a educação como política de Estado colhem, décadas depois, crescimento econômico sustentável. Já aqueles que esperam enriquecer para depois investir

em educação correm o risco de ficar presos na armadilha da renda média.

O Brasil, infelizmente, ainda aparece na parte baixa do gráfico do PIB, com renda limitada e com desempenho educacional fraco. O desafio, portanto, é inverter essa lógica: usar a educação como motor para crescer, e não esperar crescer para educar.

O Governo Federal através da Lei Complementar 212 — intitulada PROPAG — visa estimular a oferta de cursos técnicos profissionalizantes nos Estados, em troca de redução de juros das dívidas das unidades federativas com a União.

Dentro da Lei 212, existe um

desenvolve disciplina, resiliência e foco, além de abrir oportunidades sociais e profissionais. Em ambos os contextos, forma cidadãos capazes de transformar realidades.

Exemplos mostram como o esporte pode prevenir violações de direitos e apoiar processos de ressocialização. Atletas que retornam às comunidades como treinadores simbolizam a multiplicação de oportunidades, a valorização da autoestima e a criação de referências positivas. Essa dinâmica amplia horizontes e reforça que o esporte é educação, cidadania e pertencimento.

O combate a preconceitos como racismo, machismo e homofobia também passa pelo esporte. Ambientes esportivos ainda reproduzem desigualdades, mas podem se tornar espaços de resistência e transformação. Isso exige políticas claras, formação de profissionais conscientes e representatividade diversa. A educação em valores como respeito e equidade é essencial para que o esporte acolha todas as identidades.

Nesse cenário, organizações da sociedade civil mostram como esporte e direitos humanos podem caminhar juntos. Em Goiás, o Instituto ACE, fundado por um ex-atleta hoje defensor público, comprova que prática esportiva e defesa de direitos se complementam na missão de garan-

tir inclusão e oportunidades. Suas iniciativas formam não apenas atletas, mas cidadãos, ao ampliar o acesso em comunidades vulneráveis.

A responsabilidade é coletiva. O Estado deve assumir o esporte como prioridade, garantindo financiamento e infraestrutura. A sociedade precisa reconhecê-lo como ferramenta de cidadania, apoiando projetos e educadores. Já as empresas podem ampliar o alcance dessas iniciativas com parcerias e patrocínios.

Tratar o esporte como direito humano significa enxergá-lo além de medalhas e espetáculos: como dignidade, saúde, educação e futuro. Democratizar o acesso é formar cidadãos capazes de transformar suas histórias e a sociedade em que vivem.



Adriano Cristian Souza Carneiro é Defensor Público Federal, Professor de Direito e Gestão Esportiva. Formado em Direito, Educação Física e Mestrando em Direito, ex-atleta profissional de vôlei, técnico nível 3 de vôlei de quadra e praia.



Francisco Borges é mestre em Educação e consultor de Políticas Públicas voltadas ao ensino da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT)



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Lucas de Godoi
lucas@godoicomunicacao.com



Lissauer nega pressão

Divulgação



Vanderlan critica CCJ

O senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) sobre a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que suspendeu a ação penal contra o deputado Gustavo Gayer (PL-GO) no Supremo Tribunal Federal (STF): "Respeito a prerrogativa do Congresso de sustar ações penais em casos excepcionais, mas discordo dessa decisão. O STF já formou maioria para receber a queixa e deixou claro que as falas não estão protegidas pela imunidade parlamentar. Confio que o Plenário da Câmara não vai banalizar esse instrumento. Se for aprovado, vou respeitar o resultado e avaliar as medidas cabíveis", afirmou Vanderlan. "Meu foco vai continuar sendo o trabalho, e vou deixar a Justiça resolver essas questões jurídicas", completou.

CCJ diverge do STF

A ação no STF, relatada pelo ministro Alexandre de Moraes, foi motivada por um vídeo publicado por Gayer em fevereiro de 2023, no qual o deputado fez críticas consideradas ofensivas a Vanderlan e ao STF após o resultado da eleição da Mesa do Senado. O relator do projeto na CCJ, deputado Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR), avaliou que os crimes de injúria, calúnia e difamação atribuídos a Gayer não ficaram comprovados e que suas falas estão protegidas pela inviolabilidade parlamentar. O projeto agora segue para votação no Plenário da Câmara.

Bets

Deputados goianos que votaram contra taxar bancos, bets e bilionários:

- Adriano do Baldy (PP-GO)
- Daniel Agrobom (PL-GO)
- Dr.Zacharias Calil (União-GO)
- Gustavo Gayer (PL-GO)
- Lêda Borges (PSDB-GO)
- Magda Mofatto (PRD-GO)
- Marussa Boldrin (MDB-GO)

Repercutiu

Vídeo do vereador Igor Franco em que ele ataca o prefeito Sandro Mabel com palavrões, publicado em seu Instagram, superou 200 mil visualizações e mais de 10 mil interações. Entre os perfis que curtiram está o do governador Ronaldo Caiado.

Emedebistas

O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) recebeu o apoio de lideranças do MDB durante visita a Formosa. Três ex-presidentes do diretório municipal do partido. Cleomar Araújo, Enedino Vieira e Paulo Silva, declararam apoio ao projeto político. A articulação foi conduzida pelo ex-prefeito Neném Araújo (MDB) e contou também com o apoio do presidente da Câmara Municipal, vereador Felipe Vilarins (MDB),.

A O ex-deputado estadual Lissauer Vieira (PL) confirmou que vai disputar a eleição para deputado estadual. A decisão, segundo ele, já está tomada. Lissauer negou, no entanto, que tenha condicionado sua candidatura pelo PL à saída do deputado Paulo Cezar Martins do partido, como Martins mencionou em entrevista publicada nesta edição. "Da minha parte não existe isso. Cada um tem um nicho. Eu não tenho nem esse direito, porque ele é mandatário de mandato. Ele tem mais direito que eu, e não posso chegar impondo isso", afirmou Lissauer, de forma

categórica.

O vereador Oséias Varão (PL), apontado como o interlocutor de um suposto pedido para que Paulo Cezar Martins deixasse o partido, também negou essa intenção. Segundo ele, a conversa com o deputado teve apenas o objetivo de entender se Martins pretendia permanecer ou não na legenda. "Se ele permanecer, o critério para construção da chapa de deputado é um; se sair, é outro", explicou Varão. O vereador reiterou que não houve qualquer sugestão para que Martins deixasse o PL. "Se ele entendeu assim, foi um equívoco da parte dele", completou.

Não localizado

Quase dois meses depois de instaurado o processo de improbidade administrativa contra o ex-prefeito Rogério Cruz (SD) e auxiliares, a Justiça ainda não conseguiu notificar o ex-vereador e ex-controlador-geral de Goiânia Gustavo Alves Cruvinel.

Nova tentativa

Na última terça-feira (7), a juíza Simone Monteiro, da 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal, determinou a expedição de um novo mandado de citação e intimação após o oficial de Justiça relatar que o imóvel indicado estava fechado e que Cruvinel não foi encontrado em diligência posterior.

No trabalho

Atualmente, Gustavo Cruvinel ocupa o cargo de diretor de Áreas Verdes e Unidades de Preservação e Conservação Ambiental da AMMA, na gestão do prefeito Sandro Mabel (União Brasil). O ex-secretário de Infraestrutura, Denes Pereira, presidente estadual do Solidariedade, faz parte do processo e foi citado.

Valorização da história

Conforme Kitão, o museu é um reconhecimento do trabalho dos profissionais e dá espaço para homenagem às vítimas do maior acidente radiológico do mundo e não esconde a história da Capital, como a Netflix fez ao fazer as gravações de uma série no estado de São Paulo.



Memorial e Museu do Césio 137

O vereador Lucas Kitão (União Brasil) quer implementar o Museu e Memorial do Césio 137 em Goiânia. O projeto de lei foi apresentado na Câmara Municipal na última semana e preserva a memória das vítimas e reconhece a história deste acidente que aconteceu há 38 anos.



Ação:

Ronaldo Caiado recorre ao STF contra a União pela redução dos repasses federais, no valor de R\$ 1,2 bilhão, à Saúde do Estado.



Reação 1:

Reação 1: A Câmara de Goiânia aprovou requerimento, solicitando ao Ministério da Saúde informações oficiais sobre repasses federais destinados a Goiás.



Reação 2:

PT protocola ação no STF contra leis do Governo de Goiás que permitem parceria direta com o Ifag sem processo público de seleção.

PAULO CEZAR MARTINS (PL)

“O governador ainda não conquistou meu voto”

Carla Borges

TRIBUNA DO PLANALTO

Deputado, o senhor fez nesta semana uma visita de cortesia ao vice-governador Daniel Vilela. Há possibilidade de uma aliança do PL com o MDB para 2026? Com qual cenário o senhor trabalha?

PAULO CEZAR MARTINS

Eu não posso falar em nome do PL, porque, primeiro eu não fui nem convidado para estar na chapa do PL, não tive essa condição; nunca me chamaram para discutir nada no partido. Eu não posso falar em nome do PL. O que aconteceu foi que o PL mandou o vereador Oséias (Varão) falar comigo, para discutir critérios da campanha de deputado estadual, como que seria a candidatura de deputado estadual. Eu senti que ele não teve coragem de me convidar a sair do partido, porque eu tive 40 mil votos e os candidatos não estão querendo entrar na chapa, porque eles irão trabalhar e eu posso vir a tomar o lugar deles. Dentro disso, o Daniel Vilela me chamou para conversar. Eu nunca fui ao Palácio pelas portas do fundo, como o próprio (Gustavo) Gayer, várias vezes, esteve lá, entrando pelos fundos do Palácio, eu nunca fui pelos fundos do Palácio.

Gayer tem ido ao Palácio pelos fundos? Ele tem tido reuniões em sigilo?

Há muito tempo eles vêm se reunindo no Palácio.

O Gayer, o Wilder Moraes, quem do PL tem visitado o Palácio?

O Gayer, o Wilder, o próprio Fred (Rodrigues). Eles estiveram no Palácio conversando com o governador.

Com o vice-governador também?

Já houve. O vereador Major Victor Hugo levou o Daniel para conversar com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O senhor está mais próximo de sair do PL e ir para o MDB ou pode vir a participar de alguma aproximação entre MDB e PL?



O deputado estadual Paulo Cezar Martins esteve, na semana passada, em reunião com o vice-governador Daniel Vilela para discutir seu futuro partidário. O parlamentar afirmou ter sido sutilmente convidado a deixar o PL, após conversa com o vereador Oséias Varão, que teria apresentado critérios para a formação da chapa de candidatos a deputado. Paulo Cezar interpretou a abordagem como um sinal de que sua permanência na sigla não era mais desejada. Segundo o deputado, há informações de que o ex-presidente da Alego, Lissauer Vieira, teria manifestado receio de disputar na mesma chapa por temer dificuldades na própria eleição. Diante desse cenário, Paulo Cezar já avalia novas legendas e revelou ter recebido

do convite do senador Vanderlan Cardoso para se filiar ao PSD. Durante a visita a Daniel Vilela, o parlamentar estava acompanhado do pastor Efraim Soares, liderança histórica da Assembleia de Deus em Goiás. Ele destacou a relação de longa data com o vice-governador, construída ainda no período em que ambos militavam no MDB, ao lado de figuras como os ex-governadores Iris Rezende e Maguito Vilela, pai de Daniel. Apesar da reaproximação com o vice-governador, Paulo Cezar afirmou que segue na oposição ao governo Ronaldo Caiado na Assembleia Legislativa. Ele garantiu que manterá uma postura crítica e adiantou que não apoiaria Caiado em uma eventual candidatura à Presidência da República.

Na verdade, eu fui convidado para sair do PL, esse foi o convite que o vereador

Oseias não teve coragem de me fazer, então veio falando sobre critério. Como que vai

ter critério? Qual é o critério? Quem tem 40 mil votos não pode disputar a eleição de

deputado na chapa? Como é isso? Eu me senti convidado a sair do PL. Nos bastidores circula que o próprio Lissauer (Vieira, ex-deputado estadual) falou que não ficaria no PL para disputar a eleição comigo, para encher linguiça na chapa para eu ganhar a eleição. Desse modo, eu fui convidado a me filiar no PSD pelo senador Vanderlan Cardoso e viemos também conversar, logicamente, a convite do próprio Daniel, e estamos conversando. Não tem nenhuma decisão tomada, porque, primeiro, eu ainda estou filiado ao partido, eu tenho prazo, a janela partidária é só em abril.

O PSD foi tema da conversa com Daniel? Estaria na mesma chapa?

Não, eu fui convidado para me filiar ao PSD. E depois fui conversar com o Daniel, e ainda estamos conversando.

Para decidir para qual partido o senhor vai? O senhor está em dúvida entre MDB e PSD?

Eu estou avaliando algumas coisas que precisam ser avaliadas.

“Caiado dizia que onde havia um ou dois do MDB tinha que chamar a polícia porque ali só tinha ladrão. Esse trem pegou e por causa disso eu nunca votei nele para nada.”

O senhor acredita que o PL possa coligar com o MDB para a eleição de 2026?

A mesma história que eu conheço é a que todos conhecem, que o PL vai se coligar com o MDB, mas eu não posso falar isso em nome do PL, porque eu não participei de nenhuma reunião.

A viagem que o senhor está fazendo para o Japão tem qual objetivo?

Essa viagem tem como objetivo a questão do meio ambiente. Nós estamos fazendo isso há muito tempo, apresentando inclusive alguns projetos aqui, porque acreditamos ser necessário, além do investimento do governo, as empresas contribuam para viabilizar o nosso lixo, que não pode ficar do jeito que está. O lixo, além de ser prejudicial ao meio ambiente, tem condição de virar dinheiro, virar negócio e viabilizar a reciclagem do lixo. Estamos acompanhando alguns congressos, já fomos em Portugal, já fomos na Suíça e, agora, estamos indo ao Japão, o país do primeiro mundo em relação ao lixo. Vamos lá conhecer para trazer isso e, além de tudo, levar para a gestão pública para que ela possa fazer uma política pública, ajustando junto com os empresários. Porque lá em Portugal, para se ter uma ideia, é a iniciativa privada e pública junto, fazendo uma união para melhorar o meio ambiente do país. Na verdade, nós precisamos entender que não podemos ficar no discurso, trabalhar de fato para acabar com o lixo que existe no nosso país, na nossa cidade, no nosso estado, no nosso Brasil.

Em relação às queimadas, a Comissão do Meio Ambiente tem algum projeto? A Chapada dos Veadeiros está queimando há mais de dez dias.

Sim, nós apresentamos um projeto relacionado às mudanças climáticas. Um assunto muito complexo, porque há um valor de investimento muito alto e o governo não tem interesse em viabilizar isso. Em Portugal, há uma cidade de 1.300 anos e, há 20 anos, eles montaram a estrutura para limpar a cidade. A própria usina fabrica energia, o esgoto vira água tratada em uma parceria com os empresários. Esse é um projeto que precisa ser estabelecido no Brasil. Alguns países estão bem adiante, estão bem na frente.

Quando o senhor diz que o governo não tem interesse, o senhor se refere ao governo estadual? E qual será a postura do senhor em relação ao governo estadual depois dessa conversa com Daniel?

Não muda nada, porque

eu nunca tive nenhum processo, o governador nunca me processou. Eu sempre fui oposição, uma oposição crítica ao governador, pontuada nas falhas, nas dificuldades. Teve uma questão partidária, não pessoal, porque o Caiado toda vida xingou a família do MDB. Eu sempre fui do MDB assim como meu pai. Ele dizia que onde havia um ou dois do MDB tinha que chamar a polícia porque ali só tinha ladrão. Esse trem pegou e por causa disso eu não tive nenhuma ocasião de votar nele para nada, nunca votei, nunca busquei essa forma para me estabelecer. Eu não vou fazer oposição raivosa. O Caiado fez muitas coisas erradas e muitas coisas boas, que eu respeito. Eu vou tomar posição em relação ao governo do Daniel, em abril, porque é a partir de abril que a lei eleitoral dá abertura para se fazer nova filiação, durante a janela partidária. Eu e o Daniel nascemos no MDB, o Daniel, quando criança, lembro muito bem dele menino, do pai dele governador (Maguito Vilela), nunca tive nada contra o Daniel e nem ele contra mim.

“Eu e o Daniel nascemos no MDB, o Daniel, quando criança, lembro muito bem dele menino, do pai dele governador (Maguito Vilela), nunca tive nada contra o Daniel e nem ele contra mim.”



Sempre tivemos uma amizade, um respeito. Agora, vamos conversar, ver a viabilidade de fazer uma gestão nova, uma gestão de grande relevância para a qualidade de vida do nosso povo, na estrutura da saúde, da educação, na infraestrutura, enfim, vamos trabalhar e buscar esse entendimento.

Mas agora, depois dessa conversa com Daniel no Palácio, essa postura crítica, mas que não é raivosa, muda em relação ao governo Caiado?

Nós sempre temos batido na mesma tese e vamos fazer isso com muito amadurecimento. Como eu disse, Caiado nunca me processou como processou os demais companheiros aqui, colegas da Casa. Vou continuar com o mesmo entendimento que tenho, que eu sempre tive, porque eu nunca fiquei em cima de um muro para levar tiro dos dois lados. Vou continuar fazendo o voto responsável, os projetos que precisam ser votados e que são de interesse da sociedade, vou votar; e o que não é

de interesse da sociedade, eu não vou votar.

Deputado, a candidatura do senhor é para a reeleição a deputado estadual?

Sim.

Com relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro, o senhor também se afasta dele, saindo do PL, ou o senhor mantém uma proximidade com os valores e princípios de Bolsonaro?

Eu sou uma pessoa que busca ser justa, não tenho nenhuma dificuldade na posição de justiça. Eu não sou nenhum A e nenhum B. Eu não sou aquela pessoa que fala assim: eu sou bolsonarista doente. Eu nunca fui e nunca vou ser. Eu acho que o Bolsonaro teve muitas coisas boas e muitas coisas ruins. Eu acho que não podemos ser radicais, não podemos ser extremistas, mas temos de ter uma posição estabelecida. Eu nunca votei na esquerda, mas sempre respeitei. Tem muita gente da esquerda boa, tem muita gente ruim. Como tem muita gente boa da direita e muita gente ruim da direita. O que nós precisamos fazer? Precisamos fazer um planejamento e pensar e estabelecer um plano que é importante para um município, o estado e o Brasil. É isso que nós precisamos fazer como político. Precisamos pensar no estruturante do meio ambiente, no estruturante do planejamento, no estruturante de minas e energia, no estruturante da saúde, da educação, da infraestrutura. Precisamos buscar esse entendimento político para mostrar isso para a sociedade, não ficar só no discurso, mas trabalhar para o bem-estar das pessoas. Dizia

“Eu acho que não podemos ser radicais, mas temos de ter uma posição estabelecida. Dizia muito bem o nosso Pedro Ludovico, que o extremismo corre o risco de pôr fogo na própria roupa.”

muito bem o nosso Pedro Ludovico, que o extremismo corre o risco de pôr fogo na própria roupa.

Se Ronaldo Caiado sair candidato a Presidente da República, o senhor vota nele?

Olha, é um caso que a gente precisa...eu nunca votei no Caiado, a minha decisão de votar nele, eu não tenho esse momento de votar. Ele ainda não conquistou meu voto. Ele precisa estabelecer esse papel de conquista do voto. O governador tem algumas coisas que eu respeito e tem algumas coisas que eu critico. O governador precisa fazer política sem rancor e o governador precisa fazer política sem pensar no próprio umbigo. Eu imagino que o governador ainda precisa conquistar meu voto, porque ele ainda não conquistou; e isso é uma coisa pessoal, é uma coisa minha. Eu entendo que ele não teve essa condição de conquistar o meu voto.

HOMOFOBIA

Fux cassa decisão do MP que **arquivou inquérito**

Advogada demonstrou que promotor deixou de aplicar decisão do STF, com efeito vinculante



Arquivo pessoal

Amanda Baliza, no plenário do STF: “Até hoje tem gente defendendo esse ponto de vista”

Carla Borges

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou manifestação do Ministério Público de Goiás que havia arquivado um inquérito sobre ofensas homofóbicas. No caso peculiar, o promotor de Justiça entendeu que as decisões do STF que equiparam a homofobia e a transfobia ao crime de racismo seriam inconstitucionais, motivo pelo qual rejeitou a continuidade da investigação.

Na decisão, Fux destacou que não cabe a membros do Ministério Público desautorizar entendimentos firmados pelo Supremo em caráter vinculante. “As decisões proferidas pelo Plenário desta Corte, em sede de controle de constitucionalidade, possuem efeito vinculante e eficácia contra todos, não havendo espaço para entendimentos pessoais que afastem sua aplicação”, escreveu.

A advogada Amanda Souto Baliza representou a vítima de homofobia (um advogado de Goiânia) perante o Supremo. Ela contou à Tribuna querecebeu com estranheza com a manifestação do representante do MPGO. “Fiquei surpresa de ver que até hoje tem gente defendendo esse ponto de vista”, contou.

Amanda entrou com uma reclamação constitucional perante o STF, um tipo de ação usada em situações específicas, no caso, para garantir a aplicação do entendimento da Corte. “O que não pode acontecer é

falar que vai deixar de aplicar a jurisprudência do STF por entender que ela é inconstitucional”, sustentou a advogada.

“Não importa a posição pessoal do promotor. É uma decisão que não comporta mais interpretação, tem de ser cumprida, e foi isso o que o ministro Fux deixou claro em sua decisão”, pontua a advogada.

A PGR também se manifestou pela procedência da reclamação constitucional. Já em Goiás, o MP-GO reformou o parecer original e distribuiu o feito para outro promotor. Além disso, alegou ao STF o entendimento de que a ação teria perdido o objeto. Mas o ministro Fux entendeu que houve violação à decisão do Supremo e julgou procedente a reclamação.

Fux lembrou que, desde 2019, o STF fixou a tese de que condutas homotransfóbicas devem ser enquadradas na Lei de Racismo, até que o Congresso aprove legislação específica. Assim, determinou o prosseguimento da persecução penal. Com o entendimento, os crimes de homofobia, assim como os de racismo, são imprescritíveis e inafiançáveis.

“Com efeito, os pronunciamentos do Plenário do Supremo Tribunal Federal proferidos em sede de controle abstrato de constitucionalidade possuem efeito vinculante e eficácia erga omnes, não cabendo a membro do Ministério Público fazer qualquer juízo de valor sobre o que decidido”, afirmou o ministro.

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com

▶ **Equatorial condenada a indenizar consumidora por corte de energia**

A Equatorial Goiás Distribuição de Energia S/A foi condenada a indenizar uma consumidora que teve seu fornecimento de energia elétrica interrompido por causa de débitos contraídos pelo antigo inquilino da casa em que vive. A decisão é da juíza Vivian Martins Melo Dutra, do Juizado Especial Cível e Criminal de Trindade. A magistrada pontuou que o Código de Defesa do Consumidor determina que o fornecedor é o responsável por danos causados aos consumidores por defeito na prestação de serviços, independentemente de culpa.

▶ **Corte durou 16 dias**

Segundo os autos, a autora solicitou à Equatorial a troca da titularidade da unidade consumidora para o seu nome. Dois dias depois do pedido, ela teve o fornecimento interrompido. O corte durou 16 dias e a consumidora arcou com despesas extraordinárias com alimentação e pagamento de internet não usada.

▶ **Sem posse comprovada**

A Equatorial alegou que a suspensão ocorreu em virtude de débitos vinculados ao imóvel e da ausência de comprovação de posse legítima da autora, citando uma resolução da Aneel que teria impedido a transferência da titularidade. A juíza, no entanto, pontuou que a própria empresa reconheceu que os débitos eram do ocupante anterior. A indenização foi fixada em R\$ 10 mil por danos morais e R\$ 400 por danos materiais.

Cargo de confiança

A 1ª Turma do TRT-GO aplicou a nova tese vinculante fixada pelo TST no julgamento do Tema 308, segundo a qual o empregado que ocupa cargo de confiança também tem direito à remuneração em dobro pelos dias de repouso e feriados trabalhados sem compensação. Antes da definição da tese, havia divergências entre os tribunais regionais e até mesmo entre as turmas do próprio TST sobre a possibilidade de pagamento em dobro a empregados em cargos de gestão, por estarem excluídos do controle de jornada.

**Congresso do IGT**

A presidente do Superior Tribunal Militar, ministra Maria Elizabeth Rocha (foto) será uma das palestrantes no pré-Congresso Goiano de Direito e Processo do Trabalho, que será realizado no TRT-GO no dia 31 de outubro, das 8h30 às 12h. Já o Congresso, realizado pelo IGT, será nos dias 12 a 14 de novembro e contará com palestras de ministros, desembargadores, juizes e advogados de vários Estados do país e debates sobre temas atuais do Direito e Processo do Trabalho.

MPF abre cadastro

O Ministério Público Federal em Goiás abriu chamamento público para o cadastramento de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, além de instituições, entidades e órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal. O objetivo é formar cadastros regional e nacional que servirão de base para a destinação de bens e valores decorrentes da atuação finalística do MPF.

“[A pejotização] corrói por dentro, silenciosamente, as estruturas que sustentam a proteção social, fragilizando os alicerces sobre os quais se ergueu o pacto constitucional do trabalho digno e da seguridade social previstos na Constituição Federal de 1988”

Jorge Messias, advogado-geral da União, em audiência pública no STF

ELEIÇÕES 2026

Deputado anuncia novo partido em Goiás e pretende eleger quatro parlamentares estaduais em 2026

Divulgação



Gugu Nader assume vice-presidência do Democratas 35 e promete “chapinha” competitiva para 2026

Arthur Oliveira*

O deputado estadual Gugu Nader, ainda filiado ao seu partido Avante, anunciou, durante o Pequeno Expediente da sessão ordinária da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), nesta quarta-feira, 8, sua nomeação como vice-presidente estadual do partido recém-estruturado Democratas 35. A sigla, que sucede o antigo Partido da Mulher Brasileira (PMB), surge com o objetivo de disputar as

eleições de 2026 com uma proposta voltada à valorização de novos nomes e à construção de uma bancada enxuta, porém competitiva.

No discurso no Plenário Iris Rezende Machado, Nader afirmou que o partido pretende eleger ao menos quatro deputados estaduais nas próximas eleições e já conta com 28 pré-candidatos confirmados. “Apesar de existir o ‘carnibalismo eleitoral’, isso não será um impedimento para montarmos chapas com deputados experientes.

Segundo o deputado, a eleição do próximo ano será “sangrenta”, em razão da alta competitividade e da exclusão de diversos parlamentares das chapas partidárias já em formação. Ele também adiantou que o presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto, não será procurado pela nova sigla, por ter tido mais de 25 mil votos na última eleição, destacando que a legenda pretende manter uma composição coesa e alinhada

aos seus princípios políticos.

O Democratas 35 está em fase de estruturação no Estado e será presidido por Ricardo Fortunato, ex-prefeito de Trindade. A nova sigla quer se firmar como alternativa viável para lideranças regionais e figuras políticas com eleitorado consolidado, mas que enfrentam dificuldades de espaço em partidos maiores. “A ideia é abrir as portas para quem tem base, trabalho e potencial eleitoral, mas não necessariamente grandes estruturas ou altos índices de votação”, explicou Gugu Nader.

O deputado também ressaltou que o partido terá uma

estratégia eleitoral focada na proporcionalidade, sem disputas internas entre nomes de grande expressão. “Nosso planejamento é acolher candidatos que tenham possibilidade real de conquistar até 25 mil votos. O Democratas 35 não estará aberto a grandes estrelas da política, mas sim a lideranças que queiram crescer com o grupo”, reforçou.

Em nível nacional, o Democratas 35 ainda passa por um processo de consolidação jurídica e política após a mudança de nome e reorganização interna. Em Goiás, a nova direção pretende apresentar oficialmente a estrutu-

Vamos convidar os mais competitivos, que tiveram até 25 mil votos na eleição passada. A nossa chapa vai ser chamada de ‘a chapinha’ do Estado de Goiás, garantindo que não haverá rasteiras

ra partidária até o fim do ano, com filiações previstas para o início de 2026.

*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia

NOVO TERMINAL PRAÇA DA BÍBLIA

Mais uma ação do Governo de Goiás na transformação do transporte público da região metropolitana de Goiânia.

Quase **7 anos** sem aumento na passagem: **R\$ 4,30** a mais barata do país

O GOVERNO DE GOIÁS PROVA QUE INVESTIR NO TRANSPORTE PÚBLICO É O CAMINHO CERTO PARA VALORIZAR O DIA A DIA DOS GOIANOS. Através de obras como a reforma do Terminal Praça da Bíblia e de diversas outras estações de ônibus, o estado número 1 do Brasil avança cada vez mais em infraestrutura, conforto, tecnologia, mobilidade urbana e segurança pra toda a população.

<p>➤ TOTAL DE R\$ 2 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO</p>	<p>➤ BILHETE ÚNICO</p>
<p>➤ MAIS DE 800 NOVOS ÔNIBUS ENTREGUES</p>	<p>➤ MEIA PASSAGEM ATÉ 5 KM</p>
<p>➤ 19 ESTAÇÕES MODERNIZADAS NO EIXO ANHANGUERA</p>	<p>➤ CÂMERAS DE SEGURANÇA E RECONHECIMENTO FACIAL</p>
<p>➤ 7 MIL PONTOS REVITALIZADOS E SINALIZADOS</p>	

Embarque com a gente e venha conhecer as melhorias que o Governo de Goiás tem feito no transporte público.

Saiba mais em goias.gov.br/transportenumero1

GOV. DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

INFÂNCIA

Caiado lança programa de saúde que busca reduzir a mortalidade infantil

Rede Nascer oferece acompanhamento de mães e bebês e tem como objetivo reduzir índice mortalidade em Goiás ao fortalecer cuidado materno-infantil

Da Redação

O governador Ronaldo Caiado lançou na quinta-feira (9/10), em Goiânia, o programa Rede Nascer, iniciativa que assegura atenção integral e humanizada à saúde materno-infantil no Estado. O objetivo é reduzir de forma significativa os índices de mortalidade ao garantir cuidado integral desde a gestação até os dois primeiros anos de vida. “A vida é o nosso maior patrimônio”, assegurou o chefe do Executivo.

Integrando os serviços de saúde da Atenção Primária e Especializada, a Rede Nascer deve reduzir até 2030 o número de mortes infantis em Goiás para 30 óbitos maternos por 100 mil nasci-

mentos. Desde o período da pandemia, essa estatística mostra redução, mas em 2023 houve registro de 52 mortes de bebês por 100 mil nascimentos.

“Temos que jogar de 52 para bem menos de 30 óbitos por 100 mil habitantes. Número que ainda não é aceitável. O correto seria taxa zero, mas esse é o esforço que nós temos que fazer”, afirmou Caiado ao explicar que esse trabalho é feito neste momento após conseguir regionalizar a saúde no estado.

A Rede Nascer vai atender as mães desde o planejamento familiar, oferecendo suporte contínuo para o pré-natal seguro, parto acolhedor e desenvolvimento saudável para os bebês. A previsão é de



Governador Ronaldo Caiado lança Rede Nascer, iniciativa que assegura atenção integral à saúde materno-infantil no Estado

que no primeiro ano de implantação aproximadamente 28 mil gestantes e seus filhos sejam acompanhados. Depois, a cobertura será ampliada progressivamente até alcançar todos os municípios do Estado. As mães goianas poderão contar com consultas regulares de pré-natal, acesso gratuito a exames, assistência no pós-parto e incentivo à amamentação.

A coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado, destacou que a gestão estadual trabalha todos os dias para ajudar

os mais vulneráveis, antes mesmo do lançamento da rede. “Sempre fizemos uma união de esforços para fazer valer o direito das nossas crianças. É proteção, acolhimento a mãe e cuidado. Agora temos esse apoio com atendimento, com call center e aplicativo”, enfatizou.

AÇÕES

Entre as estratégias adotadas pelo programa estão a implantação de um call center pelo número 155. O serviço terá 150 madrinhas (mães e avós, com experiência para

cuidar das gestantes), que terão um check list para acompanhar mãe e filhos. Haverá ainda um aplicativo e o canal saúde como apoio. Somado a isso, serão adquiridos 65 veículos para doação aos municípios com o objetivo de ajudar no transporte das gestantes, por exemplo, para o pré-natal.

A rede também contará com um comitê de investigação de óbito. “Vamos investigar, avaliar, descobrir a causa para que isso não aconteça novamente”, acrescentou o secretário de Estado da Saúde, Rasível dos Reis, que destacou o apoio de Caiado ao setor.

Ao receber o primeiro veículo doado aos municípios, um modelo Duster, o prefeito de Inhumas, José Essado, disse que é gratificante atuar junto com um governo que se preocupa com a saúde do povo. “A Rede Nascer, sem dúvida alguma, vai fazer com que nós possamos amanhã ter uma mortalidade zero em nosso estado de Goiás”, sublinhou.

DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS CADA VEZ MAIS PERTO DE VOCÊ.

SERVIÇOS GRATUITOS | ATENDIMENTO DIRETO | SEM BUROCRACIA

A **Assembleia Legislativa de Goiás** está presente em todo o Estado com o programa **Deputados Aqui**. Uma estrutura completa, em parcerias com diversos órgãos e instituições, para levar atendimento gratuito e de qualidade até a sua cidade.

- ✓ Consultas gratuitas, emissão de documentos e serviços de castração de pets
- ✓ Participe de audiências públicas e sessões solenes
- ✓ Converse frente a frente com seus deputados estaduais



QUER SABER MAIS?
ACESSE E FIQUE POR DENTRO DE TUDO!



LEGISLATIVO

Vereador aciona Bill Guerra na Justiça após acusação em Plenário sobre emendas

Fotos: Divulgação



Interpelação judicial pede que Bill Guerra explique em juízo as acusações feitas em plenário

Ex-vereador admitiu ter destinado milhões a ONGs que “nem conhecia” e redirecionado verbas públicas para evento agropecuário em poucos dias

Lucas de Godoi

O ex-vereador Bill Guerra (MDB) foi processado criminalmente pelo vereador Igor Franco (MDB) após protagonizar, na semana passada, um episódio de repercussão pública na Câmara Municipal de Goiânia. Durante sessão transmitida ao vivo, Bill invadiu o plenário acusando Igor de ameaçar ele e sua família por divergências relacionadas a emendas parlamentares.

A acusação, feita sem

apresentar provas, resultou em uma interpelação judicial criminal protocolada na Vara Criminal de Goiânia, assinada pelas advogadas Laura Meyer e Cláudia Esposito. O pedido tem fundamento nos artigos 26 e 27 do Código de Processo Penal e menciona o artigo 144 do Código Penal, por se tratar de ofensa dirigida a um vereador no exercício do cargo.

Na ação, Igor pede que Bill explique judicialmente as declarações públicas e apresente documentos ou testemunhas que sustentem a acusação de ameaça. Caso

se recuse ou dê respostas evasivas, o vereador poderá ajuizar queixa-crime por calúnia e difamação, além de eventual ação civil por danos morais.

“A acusação, além de grave, foi feita em contexto institucional, causando repercussões políticas, sociais e pessoais ao interpeleante”, registra o documento. A ação também sustenta que o episódio configurou calúnia e difamação, uma vez que Igor Franco “jamais manteve contato recente com o interpeleado, que se encontra bloqueado há anos de seus

meios de comunicação”.

ACUSAÇÕES PÚBLICAS

Os vídeos anexados à ação mostram Bill, de forma exaltada, acusando Igor de perseguição e de “mandar gente atrás” dele. A cena, reproduzida por veículos de imprensa e redes sociais, foi seguida por uma série de entrevistas nas quais o ex-vereador apresentou versões distintas e justificativas divergentes.

Na tentativa de explicar suas falas, Bill afirmou que apenas “seguiu orientações” e depois decidiu rever as destinações ao constatar “problemas em documentos”. Em entrevista à Tribuna do Planalto, na quinta-feira (2), Guerra declarou que agiu de última hora na destinação das emendas.

Questionado se conhecia a entidade à qual destinou R\$ 2,5 milhões, ele respondeu que “não, na verdade eu nem lá eu fui”. Em seguida, disse que resolveu mudar o objeto para a Associação Goiana dos Criadores de Zebu, organizadora da feira de negócios agropecuários Agrovem. “Vi que estava acontecendo esse

evento, passei a saber se podia destinar para lá e destinei as emendas para lá, e tanto é que o evento foi feito e já aconteceu, já passou já”, disse.

Segundo o Portal da Transparência da Prefeitura de Goiânia, foram destinados R\$ 2.516.853,23 para a entidade, mesmo valor que teve previsão original para o Instituto Equestre Camilla Costa.

Outra parte foi redirecionada para a Comunidade Batista, que possui dois Termos de Fomento com a Prefeitura de Goiânia na ordem total de R\$ 13 milhões. O primeiro, de R\$ 5,9 milhões para cursos de formação, já teve parte dos pagamentos realizados, mas que não contemplam indicação de Bill Guerra.

Segundo ele, os recursos que enviou à instituição vão custear projetos na área da saúde, mas ainda não tiveram os pagamentos realizados pelo Paço Municipal. “Vai ser na área da saúde, inclusive vai começar a fazer as ações agora, eu vou participar, mas nem foi pago essa emenda ainda”, explica o ex-vereador.

Igor Franco aponta motivação política nas acusações de Bill Guerra

O vereador Igor Franco (MDB) negou à Tribuna as acusações feitas por Bill Guerra, que o acusou de ameaças durante sessão da Câmara de Goiânia, na semana passada. Em nota, o parlamentar afirmou não ter discutido nem encostado no ex-vereador e classificou as declarações como “infundadas” e de cunho político.

“O Bill Guerra é uma pessoa que ganha a vida com polêmicas, é uma figura politicamente irrelevante no momento, que busca pautas apenas para tentar ganhar visibilidade. Além disso, é aliado de um pré-candidato a deputado federal e está tentando me atacar com acusações infundadas e sem qualquer prova”, disse Igor.

O vereador também levantou dúvidas sobre um dos pontos citados por Bill em entrevista à Tribuna do Planalto, ao mencionar suposto envolvimento de um servidor da Assembleia Legislativa (Alego).

“Uma dúvida: o que um servi-



Igor Franco: “Bill Guerra ganha a vida com polêmicas”

dor da Alego estava fazendo na Câmara no horário do seu expediente?”, questionou.

Questionado pela reportagem, Bill Guerra disse que não pretende se candidatar no ano que vem e que deve buscar novo mandato de vereador em 2028. “Não tenho intenção nenhuma de ganhar política para deputado estadual ou federal, o meu intuito é trabalhar futuramente para ser candidato a vereador de novo”, disse.

O ex-vereador também alegou que há um servidor da

SAIBA MAIS

TRÊS PERGUNTAS PARA BILL GUERRA

Havia alguma conversa de repassar valores? Como funciona na prática?

Não. Na verdade, eu tinha feito essas destinações em questão de parceria mesmo. De seguir no grupo dele esse ano, trabalhar juntos, ajudar a população com estes eventos que fazem atendimento na saúde, na área do esporte. Só que quando eu fui analisar, eu vi que realmente as ONGs não estavam adequadas para receber as emendas. Aí eu tirei as emendas dele e, de lá para cá, ele fica atrás de mim fazendo essa ladainha e falando que eu devo para eles dinheiro. Porque eu tirei as emendas deles, entendeu? Aí eu sei lá se eles gastaram com alguém, aí eles ficam falando que eu devo para eles. Então eu não devo para eles e vou provar que eu não devo. Se tem algum documento que eu devo dinheiro para eles, eles pegam e colocam em público então e vai na justiça e me aciona, não fica me ligando, me intimidando, não.

De suas emendas que foram reprogramadas, a maior parte foi para a Feira Agrovem. Quem intermediou a destinação desta emenda?

As emendas foram destinadas através de

mim mesmo, porque quando eu tirei as emendas de lá, eu tinha que destinar elas para algum lugar. Eu destinei a metade para a saúde e destinei, porque eu vi que estava acontecendo esse evento, passei a saber se podia destinar para lá. Eu fui e destinei as emendas para lá, e tanto é que o evento foi feito e já aconteceu, já passou já.

Na época, a Tribuna do Planalto mostrou que a destinação ocorreu a poucos dias do evento. Você já conhecia o grupo que organizou o evento? Qual é sua relação política com eles?

Eu destinei porque fiquei sabendo do evento, fiquei sabendo se podia destinar pra lá e destinei. Está lá, se tiver alguma coisa errada, a culpa não é minha. Teve o documento, teve tudo certinho, foi aprovado, passou na Prefeitura e foi paga as emendas. Então, assim, diferente de muitas que estão enviando para ONGs aí, inclusive muitas pessoas envolvidas com vereador, a minha você pode ver lá se tem alguém envolvido comigo em negócio de evento. Simplesmente foi destinado pra fazer o evento, o evento aconteceu.

Câmara envolvido em suposta cobrança de R\$ 100 mil, dívida

que contesta. Igor Franco diz desconhecer as cobranças e rea-

firma que não tem qualquer relação com o ex-parlamentar.

ULTIMATO

Prefeitura dá prazo de 180 dias para empresas eliminarem cabos e fios irregulares dos postes

Ação reuniu Anatel, Ministério Público, Equatorial Energia e 37 provedores locais para organizar a rede de telecomunicações, garantir segurança e combater a concorrência desleal no setor

Carlos Nathan Sampaio

A cidade de Anápolis deu um passo decisivo para enfrentar um problema que há anos compromete a segurança e a organização urbana: o excesso de cabos e fios soltos nos postes. Nesta semana, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) participou de uma audiência pública promovida pela Prefeitura de Anápolis (GO) para discutir a desordem na infraestrutura de telecomunicações e buscar soluções conjuntas.

Durante o encontro, a Anatel destacou que a regulamentação vigente — fundamentada na Lei

Divulgação/Anatel



Anatel detalhou regras e responsabilidades no uso de postes em Anápolis

Geral de Telecomunicações (1997) e nas resoluções conjuntas das agências reguladoras publicadas entre 1999 e 2014 — define critérios técnicos para o compartilhamento de postes, equilibrando os interesses do setor e a segurança pública. Segundo Sérgio Campos, assessor da Gerência de Fiscalização da Anatel, as distribuidoras de energia, como a Equatorial, são responsáveis pela gestão e fiscalização dos postes. Quando identificadas irregularidades, devem notificar as empresas de telecomunicações envolvidas. Já nos casos em que as instalações forem clandestinas ou representarem risco à população, a retirada deve ser imediata, sem necessidade de autorização prévia das agências reguladoras.

A Anatel também apresentou detalhes da Resolução Interna nº 449, publicada em junho de 2025, que criou o

Plano de Ação para o combate à concorrência desleal e à regularização da prestação de serviços de banda larga fixa. O documento prevê o fortalecimento das ações de fiscalização do Serviço de Comunicação Multimídia, visando coibir práticas ilegais e melhorar a qualidade da internet oferecida aos usuários.

Ao final da audiência, a Prefeitura de Anápolis anunciou um prazo de 180 dias para que todas as empresas de internet que atuam na cidade regularizem suas instalações e retirem cabos ociosos ou irregulares. A medida integra o novo programa “Anápolis Rede Segura”, lançado oficialmente na terça-feira (7) pelo prefeito Márcio Corrêa (PL). A força-tarefa reúne o Ministério Público, a Equatorial Energia, a Anatel e 37 provedores locais.

O evento contou com a pre-

sença do promotor Alberto Francisco Cachuba Júnior, da 15ª Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo, além de vereadores e representantes de diversos órgãos públicos. Segundo o prefeito, o momento simboliza “união e otimismo” em torno de um objetivo comum. “Queremos uma Anápolis organizada, sem cabos soltos e sem riscos à vida. Estamos planejando a cidade para os próximos 10 ou 20 anos, com resultados concretos”, afirmou Corrêa.

Durante o lançamento, o vereador Wederson Lopes (UB) cobrou uma postura mais ativa da Equatorial Energia. “A empresa precisa ir além dos discursos e colocar caminhões e equipes nas ruas. A cidade vive uma situação emergencial”, afirmou, sugerindo também a criação de um sistema de transparência para identifi-

car provedores regulares e combater os clandestinos. Já o vereador Jakson Charles (PSB) pediu compreensão à população pela suspensão temporária da troca de luminárias, explicando que as equipes de iluminação pública estão concentradas na remoção dos fios perigosos. “Estamos cuidando da vida das pessoas e enfrentando um problema que foi ignorado por muitos anos”, disse.

O programa “Rede Segura” também prevê estudos para implantação de redes subterrâneas, inspiradas em cidades que já adotaram esse modelo com sucesso. De acordo com o prefeito, o foco é proteger vidas e responsabilizar os negligentes, evitando tragédias como a que vitimou o garoto João Victor, de 10 anos, morto ao tocar um fio energizado. “Mais do que discutir culpados, precisamos agir”, concluiu.

TRÂNSITO

Câmara de Anápolis aprova projeto que obriga instalação de nobreaks em semáforos da cidade

A Câmara Municipal de Anápolis aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, em segunda votação, durante a sessão ordinária desta quarta-feira (8), o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 46/2025, que torna obrigatória a instalação de nobreaks nos semáforos do município. A medida busca garantir o funcionamento dos equipamentos em casos de interrupção de energia elétrica, prevenindo acidentes e mantendo a fluidez do trânsito.

A proposta é de autoria do vereador Alex Martins (PP) e determina que a implantação será realizada de forma gradual, com prioridade para as princi-

pais avenidas e vias de maior circulação. Segundo o parlamentar, a intenção é modernizar o sistema semaforizado e reforçar a segurança viária de Anápolis, que tem crescido de forma acelerada nos últimos anos.

Em sua justificativa, Alex Martins ressaltou que a segurança no trânsito e a manutenção da ordem pública são responsabilidades permanentes do poder público, especialmente em uma cidade em expansão. “A interrupção de semáforos devido à falta de energia representa um risco significativo para motoristas, pedestres e ciclistas, uma vez que o controle do tráfego fica comprometido, aumentando as

chances de acidentes e desorganização do fluxo de veículos”, afirmou.

O vereador destacou ainda que o uso de nobreaks — equipamentos capazes de manter o fornecimento de energia por determinado tempo após uma queda — é uma solução técnica viável para assegurar o funcionamento contínuo dos semáforos. “Este projeto visa minimizar os impactos negativos da falta de energia elétrica, proporcionando um trânsito mais seguro e eficiente para todos”, completou.

Durante a votação, o líder do governo na Câmara, vereador Jean Carlos (PL), também mani-

festou apoio à proposta. Ele ressaltou que o projeto se alinha à política municipal de modernização dos equipamentos públicos e reforça o compromisso da atual gestão com a segurança no trânsito. “Os nobreaks garantem que, em situações de queda de energia, não se coloque em risco a segurança viária e o bom funcionamento dos cruzamentos. As emendas que apresentamos foram apenas para aperfeiçoar e garantir a aprovação, corroborando com esse trabalho de modernização dos equipamentos semaforizados”, explicou.

Com a aprovação unânime em segunda votação, o PLO 46/2025 segue agora para sanção

do prefeito Márcio Corrêa (PL). Caso seja sancionado, o texto deverá ser regulamentado por decreto, definindo prazos, cronograma de instalação e critérios técnicos para a implantação dos nobreaks em toda a rede semaforizada da cidade.

A iniciativa foi bem recebida pelos parlamentares e pela população, que vê na medida um passo importante para aumentar a segurança e reduzir o caos no trânsito em momentos de falta de energia. Além de evitar colisões e engarrafamentos, o projeto reforça o compromisso de Anápolis com políticas públicas voltadas à inovação e à mobilidade urbana sustentável.

ESCOLA

MERENDA

Brasil alimenta 40 milhões de alunos e gera renda no campo

Marina Vilela

Goiás se destaca como pioneiro no atendimento do Ensino Médio

Dhayane Marques

Em um país onde mais de 40 milhões de estudantes dependem da alimentação escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) segue como uma das políticas públicas mais importantes e eficazes do mundo. Criado há 70 anos e reformulado em 2009, o programa transformou a chamada “merenda” em refeição completa, equilibrada e culturalmente adequada.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é referência internacional em alimentação escolar. O PNAE é reconhecido por integrar a agricultura familiar e por garantir que cada refeição sirva não apenas para saciar a fome, mas também para promover saúde, aprendizagem e desenvolvimento social.



Merenda escolar garante nutrição e hábitos saudáveis para o dia a dia dos alunos

Em Goiás, o modelo é reforçado com o Programa Merenda Nota 10, que alia gestão nutricional e valorização das merendeiras. O estado foi o primeiro a garantir, desde 2006, alimentação escolar para o Ensino Médio — incluindo as escolas de tempo integral, que ofertam até três refeições por dia. A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) coordena nutricionistas, merendeiras e gestores escolares na elaboração e acompanhamento dos cardápios, garantindo alimentos frescos e respeitando os hábitos regionais.

No cenário nacional, a nova Resolução nº 3/2025 do

FNDE reduziu o limite de alimentos ultraprocessados de 20% para 15%, meta que cai para 10% em 2026. A regra também elevou de 30% para 45% a exigência mínima de compra de produtos da agricultura familiar, consolidando o vínculo entre o campo e o prato do estudante. O impacto econômico é visível: para cada R\$ 1 investido no PNAE, o PIB da agricultura cresce R\$ 1,52, segundo o Observatório da Alimentação Escolar (OAE).

Apesar dos avanços, os desafios persistem. Metade dos nutricionistas entrevistados pelo OAE afirma que os recursos ainda são insufi-

cientes para cumprir todas as metas nutricionais. A defasagem no orçamento, a inflação dos alimentos e a falta de estrutura em algumas escolas dificultam a execução plena do programa. Mesmo assim, especialistas defendem que o PNAE é “pedagógico, não assistencialista”, e essencial para o aprendizado.

“Ninguém aprende de barriga vazia”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao anunciar a nova fase do programa. O investimento federal para 2025 é de R\$ 5,5 bilhões, somado à contrapartida dos estados e municípios. Goiás segue como exemplo de boa ges-

SAIBA MAIS

CURIOSIDADES E DADOS

- ✓ Maior programa do mundo: O PNAE serve 10 bilhões de refeições por ano em quase 150 mil escolas públicas.
- ✓ Agricultura familiar: Até 2026, 45% dos recursos do programa devem ser investidos em alimentos produzidos por pequenos agricultores.
- ✓ Reconhecimento internacional: O Brasil foi destaque na 2ª Cúpula Global pela Alimentação Escolar, sediada em Brasília, com representantes de mais de 90 países.
- ✓ Impacto direto: Para muitos alunos, a refeição na escola é a principal do dia, essencial para o rendimento e a permanência escolar.

Merenda escolar de qualidade une boas práticas em Anápolis e Goiânia

A merenda escolar tem se tornado uma das principais aliadas no aprendizado e no desenvolvimento infantil em Goiás. Tanto Anápolis quanto Goiânia vêm fortalecendo programas próprios de alimentação escolar que seguem as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e priorizam refeições equilibradas e nutritivas.

Em Anápolis, o Programa Merenda Escolar Nota 10 ampliou a variedade e o valor nutricional das refeições servidas aos alunos da rede municipal. Crianças a partir de três anos de idade, matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e nas escolas de ensino fundamental, recebem até quatro refeições completas por dia, conforme

o turno escolar.

O cardápio, elaborado por nutricionistas, inclui café da manhã, almoço, lanche e jantar, com alimentos frescos e de origem local. A Secretaria Municipal de Educação destaca que o programa busca equilibrar proteínas, carboidratos, vitaminas e minerais. “A boa alimentação melhora a atenção e o desempenho escolar dos alunos”, informa a pasta.

Divulgação/SME



Escolas de Goiânia recebem prêmio por incentivar hábitos alimentares saudáveis entre alunos e famílias

Goiânia aposta em educação alimentar e recebe reconhecimento nacional

Na capital, o investimento na alimentação escolar também gera resultados positivos. Duas unidades da rede municipal — Escolas Juscelino Kubitschek de Oliveira e Professora Lousinha — foram premia-

das na 4ª edição do Prêmio Crianças Mais Saudáveis, que reconhece projetos de incentivo à alimentação equilibrada e sustentável.

As escolas desenvolveram ações educativas que envolveram alunos e famí-

lias, mesmo durante o período de aulas remotas na pandemia. Em Goiânia, as atividades incluíram hortas escolares, gincanas, receitas caseiras e oficinas lúdicas, incentivando as crianças a adotarem hábi-

tos saudáveis. Mais de 150 alunos participaram diretamente das ações premiadas.

A premiação de R\$ 35 mil para cada unidade será usada na melhoria dos refeitórios, implantação de canteiros de hortas e com-

pra de equipamentos para estimular o consumo consciente. As práticas servem de exemplo para outras redes municipais que desejam integrar alimentação, sustentabilidade e educação no dia a dia escolar.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Arbitragem sob pressão. Jogadores querem mandar no apito

A CBF precisa adotar providências urgentes para conter o avanço de jogadores, membros das comissões técnicas e até dirigentes, tentando interferir nas decisões da arbitragem durante as partidas de futebol em todas as competições. Em qualquer decisão do árbitro, que venha a contrariar uma das equipes, os atores desse espetáculo partem pra cima do árbitro sem o menor respeito e pudor, o agridem verbalmente, às vezes até fisicamente.

Quando o árbitro é chamado ao equipamento de vídeo do VAR, para revisar alguma decisão, jogadores dos dois times o acompanham pressionando para que a decisão a ser tomada venha satisfazer seus interesses. Uma afronta ao trabalho dos árbitros, um abuso contra seu poder de decisão e um desrespeito à lisura dos resultados. Os jogadores querem apitar os jogos. Quando sofre uma falta, de imediato faz o gesto com as mãos indicando que o juiz deve aplicar cartão ao autor da falta.

Sem nenhum pudor

Ao entrar em campo, parece que o jogador deixa em casa seu caráter. Simulam dores que não estão sentindo, tentam induzir o árbitro a marcar penalidades, a punir o adversário com cartão que não merecem receber, enfim, a CBF

Pecado por omissão

Esta coluna está sendo escrita antes do jogo do Goiás contra o Athletic. Se venceu, a crise pode estar amortecida, se empatou ou perdeu, a panela de pressão está prestes a estourar. Mas independente do resultado desse jogo, a verdade é que a diretoria esmeraldina está pecando por omissão, ao não ter demitido o técnico Wagner Mancini depois do jogo contra o CRB. É evidente que Wagner Mancini não consegue mais extrair o futebol que o Goiás já jogou, principalmente no primeiro turno da série B.

O Goiás está perdendo terreno para seus adversários e a indecisão da diretoria pode ser fatal às pretensões do time esmeraldino. Mais um ano na Série B será um duro golpe para os cofres do Clube. São R\$ 100 milhões que deixarão de passar pela contabilidade do alviverde. Se continuar na Série B, vai ter que se contentar com R\$ 30 milhões, talvez nem isso. Não é possível que ninguém esteja racionando por esse ângulo na direção do Goiás...

O Goiás passou a ser um time sem comando a partir da mudança do estatuto, momento em que foram extintos os cargos de diretoria e o time passou a ser comandado pelos Conselhos

precisa entrar em campo para coibir esse comportamento, punir com severidade todos que tentam dificultar o trabalho do árbitro. O juiz é autoridade maior numa partida de futebol. É claro que eles erram, e quando erram, estão sujeitos a punições. Mas quem decide é a CBF, não os jogadores, nem comissão técnica, nem dirigentes.

A pressão sobre os árbitros cresce e o ambiente parece cada vez mais insustentável. A comissão de arbitragem reage e afasta juizes e analistas de vídeo para atender as reclamações dos clubes. Ao afastar membros da arbitragem, a CBF os encaminha para treinamentos de reciclagem e avaliações internas, mas não se fala em protegê-los das interferências, das pressões e do desrespeito de quem quer apitar mais que os próprios árbitros. Eles agem dentro do campo de jogo, ou do lado de fora, nos bancos destinados aos reservas e membros das comissões técnicas.

Assim como foi delimitada a área específica para o técnico e seus auxiliares, se faz urgente a criação de um espaço para que o árbitro possa analisar as jogadas no vídeo do VAR, sem as pressões dos jogadores. Que as regras mudem, de preferência, exigindo que os atletas fiquem distantes de quem precisa tomar decisões importantes. Não é possível fazer um bom trabalho com a pressão imposta ao árbitro principalmente pelos jogadores. Como não são punidos, eles estão cada dia mais ousados. Querem estipular até o tempo de acréscimo no final dos dois tempos do jogo. Um absurdo!!!



Administrativo e Deliberativo. Conselhos que não comandam. Edmundo Pinheiro, então presidente do Conselho Deliberativo, foi o mentor de toda essa mudança no Estatuto do time da Serrinha.

O objetivo não era só de modernizar a gestão do Clube, mas principalmente evitar que ex-presidentes desafetos dos Pinheiros voltassem ao comando do Goiás. Entre eles, Raimundo Queiroz, o queridinho da torcida, Sérgio Rassi, o mais preparado, Amarildo Gonçalves, o mais criativo, e outros que dirigiram o Goiás e levaram o time a ser muito respeitado no cenário esportivo do Brasil. Sem cargos diretivos, eles não voltaram, mas sem eles, o Goiás piorou, se azequenou. Quem já disputou títulos da Copa do Brasil e da Copa Sul-Americana, hoje é um time de série B. Se subir para a Série A, como pode acontecer esse ano, cai no ano seguinte.

- ✓ Adson Batista candidato a Deputado Federal. Esse foi o anúncio feito pelo Deputado Estadual Bruno Peixoto, ao visitar o presidente do Atlético Goianiense na sede do Clube.



- ✓ Vestido com a camisa do rubronegro, o presidente da Assembleia Legislativa fez o convite. Adson abriu um largo sorriso, digno de quem gostou da ideia.
- ✓ Umberto Louzer ainda não conseguiu fazer o Vila Nova vencer. O time já acumula uma sequência negativa de nove partidas

sem saber o sabor da vitória.

- ✓ Louzer foi contratado para ser o técnico do Vila não só no restante dessa temporada, mas para planejar o time para 2026. Se continuar sem vencer, será que fica?
- ✓ A organização do MotoGP a ser realizado no Autódromo de Goiânia em março de 2026 já comercializou quase 80% dos ingressos colocados à disposição do público.
- ✓ A curiosidade é que praticamente a totalidade desse público é de outros Estados da Federação.
- ✓ Agora só estão disponíveis ingressos para camarotes e Setor F. A rede hoteleira agradece, já está com 90% da capacidade reservada.

Diversão e ARTE

Vinicius Borges

marcosborges710@gmail.com



Goiânia celebra 92 anos com mais de 30 eventos gratuitos ao longo de outubro

Em comemoração aos 92 anos de Goiânia, a Prefeitura preparou uma ampla programação com 32 eventos gratuitos espalhados por diversos pontos da cidade. Coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura (Secult), a agenda segue até o fim de outubro, com atrações em praças, teatros, mercados e espaços públicos.

Mário Sérgio Cortella ministra palestra em Goiânia sobre liderança e gestão de pessoas

O filósofo Mário Sérgio Cortella estará em Goiânia, no dia 18 de novembro, para a palestra "Liderança e Gestão de Pessoas", no Centro de Convenções de Goiânia, a partir das 18h30. O evento também contará com o palestrante Alfredo Rocha, referência em comportamento e motivação. Os ingressos estão disponíveis no site CorporRH, com valores a partir de R\$ 484.



Cultura, arte e história em toda a cidade

A programação inclui shows do Projeto Sons de Mercado, além de concertos da Orquestra Sinfônica de Goiânia, peças teatrais, exposições e atividades que marcam os 50 anos do Centro Livre de Artes e os 40 anos da Biblioteca Municipal Cora Coralina.

O feriado de 24 de outubro, aniversário da capital, terá desfile cívico na Avenida 24 de Outubro e apresentações musicais, além de ações como o Mutirão Goiânia + Humana, mostras artísticas e o Circuito Goianiense do Flashback. A proposta da Secult é valorizar artistas locais, descentralizar o acesso à cultura e celebrar o legado histórico e cultural de Goiânia.



Cerrado Galeria inaugura exposições de Virgílio Neto e Rodrigo de Castro

A Cerrado Galeria, em Goiânia, abre no sábado (11/10) duas novas exposições que celebram a força da arte contemporânea brasileira: "Pouco antes do ocidente se assombrar", do artista brasileiro Virgílio Neto, e "Tanto forma quanto cor", do mineiro Rodrigo de Castro. As mostras ficam abertas à visitação até 15 de novembro.

A individual de Virgílio Neto apresenta obras que unem pintura, palavra e objeto, em composições inspiradas por experiências no Japão e em cidades históricas de Goiás. Já Rodrigo de Castro exhibe pinturas e esculturas marcadas pela precisão geométrica e equilíbrio entre forma e cor, com curadoria de Divino Sobral.